
TRABALHO INFORMAL E QUALIDADE DE VIDA: INTERAÇÕES POSSÍVEIS NO CONTEXTO LOCAL

ARTIGO

Flávia Luciana Naves Mafra

Administradora, Mestre em administração rural e desenvolvimento,
Professora do Departamento de Administração e Economia da
Universidade Federal de Lavras (UFLA).
E-mail: flanaves@ufla.br

Tatiane Silva Tavares

Nádia Ribeiro Seabra Eiras

Dulce Mangini

Graduandas do curso de Administração da
Universidade Federal de Lavras (UFLA)

RESUMO

A reestruturação produtiva imposta pelo capitalismo veio acompanhada de inovações tecnológicas e imposição da razão instrumental, afetando negativamente a qualidade de vida dos trabalhadores no mercado formal, dificultando a manutenção do vínculo empregatício e reduzindo as oportunidades de trabalho. Neste contexto, as atividades informais surgem como alternativas de trabalho e melhoria das condições de vida. Porém, acredita-se que podem assumir diferentes significados, de acordo com suas características e com o contexto no qual são desenvolvidas. Este trabalho se propôs compreender a dinâmica de dois tipos de atividades informais desenvolvidas em Lavras: a feira de artesanato e a feira de ambulantes. Por meio de uma pesquisa qualitativa, percebeu-se como estas organizações informais são compostas de pessoas com perfis muito diferentes, e têm seu desempenho marcado profundamente pela intervenção da prefeitura municipal. As diferenças verificadas nestes casos remetem a uma reflexão sobre o significado do trabalho na sociedade atual e sobre as dificuldades de administrar as atividades informais que se expandem continuamente nas cidades.

ABSTRACT

The productive restructure process imposed by capitalism came along with the technological innovations and also with the imposition of instrumental reason, affecting negatively the life quality of workers in the formal market, turning difficult the maintenance of the ties between companies and employees, thus reducing the work opportunities. In this context the informal activities come up as job alternatives and a way to improve life conditions. However, it is believed that these activities assume different meanings according to their characteristics and the relations to the context where they were developed. This paper aims to understand the dynamics of two kinds of informal activities that take place in Lavras: the handicraft street market and the street peddlers. Through a qualitative research, it was perceived how these informal organizations differ from the perspective of those who develop the activities and concerning the relations with the community too. These activities have their performance profoundly marked by the city hall intervention. The differences observed in these cases lead to a reflection about the meaning of the work in the current society and also about the differences of managing the informal activities that have been continuously increasing in the cities.

1. INTRODUÇÃO

O capitalismo no Brasil, como em outros países, tem sido marcado por um amplo desenvolvimento tecnológico e produtivo, e por diferentes condições e relações de trabalho nem sempre positivas para os trabalhadores. De tais mudanças decorrem, em grande parte, o aumento do desemprego, as dificuldades de muitos empresários para se manterem no mercado formal diante dos elevados custos do negócio, e uma precarização das condições de trabalho convencionais, fatores que impedem a plena satisfação dos indivíduos que se dispõem a alocar sua força de trabalho no mercado.

Embora muitas pesquisas sejam realizadas e novos métodos de gestão sejam propostos para minimizar a precarização das relações de trabalho, as tradicionais formas de geração de trabalho e renda demonstram certa incapacidade em conter ou reverter o quadro de crise da sociedade atual. As pessoas que conseguem manter-se ocupadas no mercado formal demonstram sinais de cansaço, insatisfação, doenças e infelicidade.

Nesse contexto proliferam, em número e tipo, as relações informais de trabalho, como uma alternativa às condições de permanência no mercado formal. Por meio das atividades informais espera-se (sobretudo aqueles que se encontram desempregados) obter melhores condições de trabalho e de vida, condições estas que não se referem apenas à base de recursos materiais indispensáveis a todo ser humano, mas abrangem também a dimensão intrínseca da qualidade de vida, que envolve fatores como liberdade, criatividade, relações pessoais e felicidade, por exemplo.

Além disso, a economia informal pode representar uma alternativa de acesso ao consumo para diversos segmentos da sociedade que não possuem condições de usufruir dos produtos e serviços do mercado convencional.

Apesar de manter o trabalhador afastado dos benefícios da legislação trabalhista, nem sempre permitir uma melhoria nas condições de trabalho e no padrão de vida, e reduzir o controle e a arrecadação do Estado sobre tais atividades, a

economia informal é uma realidade numérica e qualitativamente significativa na sociedade atual, demandando maior atenção por parte de pesquisadores e tomadores de decisão.

A compreensão e a busca de alternativas para compatibilizar as atividades informais no contexto social dependem de uma reflexão, sem preconceitos, sobre a importância e os diferentes significados destas atividades para a população, sobretudo em suas especificidades locais e regionais.

É esta motivação que levou à realização deste trabalho, que resume a pesquisa desenvolvida em duas organizações com características muito diferentes, nas quais prevalece o trabalho informal. Trata-se da feira de artesanato e da feira de ambulantes (camelôs) realizadas no município de Lavras, sul do Estado de Minas Gerais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Trabalho e informalidade

O papel e a importância do trabalho sofreram várias transformações ao longo da história humana. Se entre os gregos não era valorizado, no século XVIII passou a ser símbolo da liberdade, uma vez que pelo trabalho o homem poderia transformar a natureza, as coisas e a sociedade. Porém, com a evolução tecnológica e capitalista, o trabalho perdeu seu caráter transformador e passou a alienador, chegando aos tempos atuais muito frequentemente apenas como sinônimo de emprego. Mesmo assim, o trabalho ainda ocupa um espaço privilegiado no cotidiano das pessoas, tanto que a impossibilidade de trabalhar, decorrente do desemprego, por exemplo, tem efeitos psicológicos profundos e negativos sobre o indivíduo.

Segundo ENRIQUEZ (1999), o trabalho é a propriedade fundamental do homem, aquilo que o distingue dos animais, além de ser uma atividade essencial à sobrevivência humana para a obtenção de mínimas e dignas condições de vida.

É claro que para obter e manter o trabalho, muitas vezes o indivíduo é levado a sujeitar-se a

situações que ferem diretamente a sua dignidade. Mas, sem ele, sem o trabalho, o indivíduo tende a sentir-se incapaz, impotente, sem valor. Apesar da sua "essencialidade" no universo humano, as possibilidades de trabalho abertas a todas as pessoas indistintamente parecem estar se esgotando ou se deteriorando.

Segundo OFFE (1999), isso ocorre à medida que o mercado se torna um arranjo limitado relativamente à alocação e distribuição de trabalho, o que se comprova pela observação da taxa crescente de desemprego nas nossas economias.

Em razão de tais limitações, muitas atividades produtivas são desenvolvidas e remuneradas de formas diferentes daquelas do contrato de trabalho tradicional. Este, na sua forma clássica, estipula que o trabalhador apareça em um determinado local (escritório ou um negócio), e ali, de forma regular, siga as ordens de alguns supervisores, permaneça por um tempo especificado e receba a compensação monetária. Porém, esta forma de trabalho não cumpre mais a tarefa de ocupar todas as pessoas aptas ao trabalho em atividades úteis e onde haja realmente necessidade. Tal afirmação não contempla apenas os trabalhadores assalariados, mas também os empresários e trabalhadores autônomos, para os quais se reduzem as oportunidades no mercado formal em virtude dos custos elevados da implantação de negócios, sobretudo nos países da América Latina.

Segundo GHERSI (2000), nos países latino-americanos persiste um capitalismo no qual a propriedade privada, bem como a empresa privada, não é um direito e sim um privilégio. Ainda, segundo ele, as pessoas não podem ingressar ou permanecer como empresários na economia formal, principalmente aquelas que dispõem de poucos recursos, porque os custos que o Estado determina impedem tal iniciativa.

MOTTA (1998) relaciona tais mudanças às transformações contemporâneas que estabeleceram o sistema de produção automatizado, robotizado e informatizado, menos dependente dos trabalhadores. Produtividade e progresso não mais dependem da alta agregação de pessoas e já não criam tantos empregos. Como decorrência disso, o

espaço de trabalho se transforma num ambiente propício para máquinas, mas não para o desenvolvimento humano.

Como afirma GUERREIRO RAMOS *apud* SERVA (1997), na maioria das organizações produtivas a razão instrumental prevalece como lógica subjacente às ações, engendrando uma sociedade centrada no mercado, responsável pela insegurança psicológica, pela degradação da qualidade de vida, pela poluição, pelo desperdício de recursos naturais, além de produzir uma teoria organizacional incapaz de ensejar espaços sociais gratificantes aos indivíduos.

O predomínio da insatisfação e o aumento de distúrbios mentais, emocionais e sociais decorrentes das relações de trabalho levam os indivíduos a procurar uma atividade produtiva que lhes garanta, além do sustento material, dignidade e auto-realização.

Para tentar resolver esses problemas, algumas soluções têm sido ensaiadas. Uma delas é a proteção do Estado aos trabalhadores na forma de auxílios, capacitação, ou por meio de intervenção direta no mercado para a criação de novos postos de trabalho. A proposta de pleno emprego no mercado formal encontra limitações no próprio desenvolvimento econômico e tecnológico, que reduz, a cada ano, a utilização de mão-de-obra nos processos produtivos. Além disto, o Estado, no contexto neoliberal, tem se afastado cada vez mais das questões sociais, revelando pouca efetividade na solução ou minimização desses problemas.

A redução da jornada de trabalho é uma alternativa defendida por autores como DE MASI (1999). Uma alternativa que, além de possibilitar a manutenção dos postos de trabalho existentes, poderia abrir algumas novas oportunidades de trabalho e bem-estar social, principalmente com a expansão de um mercado de atividades voltadas para o lazer.

No entanto, a redução da jornada de trabalho, em especial no caso brasileiro, tem trazido como consequência a precarização das relações de trabalho, com redução de salários e benefícios em proporção muito maior do que a diminuição do número de horas trabalhadas.

Há ainda aqueles que defendem o apoio e o desenvolvimento de novas formas de organização dos trabalhadores, sem as seguranças e amarras do vínculo empregatício, mas com condições de obter benefícios intrínsecos a esta atividade. Isto porque, segundo OFFE (1999), a superação da crise do trabalho começa com a idéia de que o mercado de trabalho e o contrato são as formas predominantes, mas não as únicas, de organizar as atividades úteis dos seres humanos. De fato, elas estão sendo organizadas em grande extensão fora do mercado de trabalho. Esse autor calcula que, de toda a produção ou da riqueza que é produzida numa sociedade avançada, pelo menos 30% tem lugar dentro das residências das pessoas. Esta é uma economia invisível, que não está registrada porque não é remunerada de forma contratual.

Essas atividades, que se desenvolvem fora do mercado tradicional, representam a alternativa mais imediata, criada pelos próprios trabalhadores, para superar os problemas do mundo do trabalho, e fortalecem assim a chamada economia informal.

A economia informal é definida pela Organização Internacional do Trabalho (ALMANAQUE UOL, 1999) como toda atividade em que não há distinção entre o patrimônio próprio e o dinheiro investido na fonte de renda.

O peso das atividades informais no país é grande, como revelam os dados do IBGE de 1997, período no qual a economia informal movimentou cerca de R\$ 12,8 bilhões, ou 8% do PIB nacional.

A economia informal inclui atividades altamente diversificadas que, paralelamente ao mercado convencional, podem ser agrupadas em: indústria, que transforma matéria-prima em produtos variados, de alimentos a componentes eletrônicos, passando pelas atividades artesanais; comércio, considerado uma das atividades informais mais difundidas e explícitas no Brasil, tem como exemplo os vendedores ambulantes e os serviços, que incluem uma gama enorme de atividades domésticas, especializadas ou não, comumente utilizadas pela população. Possivelmente, uma das atividades informais mais explícitas seja exatamente o comércio informal.

COSTA *apud* ALMEIDA (1996) entende por comércio informal aquele que é exercido no espaço público e que escapa às regras do comércio oficial, independentemente de sua maior ou menor permanência num determinado espaço. Tal referência é útil para compreender, sobretudo, o trabalho dos vendedores ambulantes. Porém, deve-se lembrar que nem todas as atividades informais são desenvolvidas no espaço público, pois muitas pessoas comercializam produtos em suas próprias casas. Assim, o comércio informal também pode incluir uma grande variedade de atividades com características diferentes.

O grande desafio na solução dos problemas enfrentados e causados pelo comércio informal é, na opinião de ALMEIDA (1996), a geração de regras que reduzam os conflitos e estabeleçam "uma certa ordem" respeitada pelos trabalhadores oficiais e pelos informais.

A impossibilidade de eliminação das atividades informais parece clara, e o Estado, principal agente que poderia intervir para regular estas atividades, mostra-se pouco hábil para fazê-lo. Diante deste quadro, acredita-se que seja melhor oferecer algum tipo de apoio para que tais iniciativas possam adequar-se ao contexto local, evitando-se maiores danos à sociedade. Para GHERSI (2000), a característica econômica mais notável das atividades informais é que tanto a gente diretamente envolvida nelas como a sociedade em geral encontram-se melhor se a lei é violada do que se é seguida ao pé da letra.

Mas afinal, como poderia o Estado intervir positivamente no contexto do comércio informal?

2.2. Desenvolvimento, poder local e as atividades informais

A concepção do desenvolvimento como algo grandioso e homogêneo, que poderia ser padronizado para toda a humanidade, modificou-se com base na percepção das diferenças e especificidades de cada contexto no qual se pretendia desenvolver um projeto ou proposta, dando lugar ao uso da expressão **desenvolvimento local**.

O desenvolvimento se revela algo muito particular, compreendendo as iniciativas dos indivíduos isolados ou organizados em sua busca constante por melhores condições de vida.

Segundo BRANDENBURG (1999), o desenvolvimento associa racionalidade econômica e integração social, e esta só é possível com o processo interno de construção social, que se realiza por intermédio de vários atores tornados sujeitos desta construção.

A construção social se realiza em várias instâncias, e uma das mais importantes diz respeito ao trabalho. É pelo trabalho que o indivíduo transforma coisas, situações e a si próprio. Contextos e histórias de luta, trabalho e sobrevivência revelam a capacidade transformadora das pessoas, tornando-se parte importante de suas estratégias de manutenção e desenvolvimento.

A compreensão dessas estratégias de trabalho, principalmente num contexto tão conturbado como o atual, torna-se imprescindível para a definição de ações que visam ao desenvolvimento social, e principalmente para guiar as iniciativas da esfera pública.

O Estado permanece como um agente importante e requisitado para a solução dos problemas do mundo do trabalho, seja como promovedor de melhores condições para o seu desenvolvimento, como agente promotor de oportunidades de emprego, ou como mediador nas disputas ocorridas no âmbito do mercado.

Mesmo acreditando que num contexto neoliberal as políticas públicas têm sua eficácia reduzida, diante do acúmulo de problemas relativos ao mundo do trabalho e do acirramento da crise social dos países o Estado é chamado a ocupar lugar de destaque.

POCHMANN (1999) acredita na importância da ação do Estado para o desenvolvimento de políticas públicas favoráveis ao emprego; no caso do Brasil, segundo este autor, há boas condições técnicas para enfrentar o problema do desemprego, mas falta empenho político para investir em tal área.

Não se pode esquecer que a criação de empregos é apenas uma das formas de tentar solucionar os

problemas do mundo do trabalho, e não pode atender a todos que necessitam trabalhar. PASTORE (2001), refletindo sobre os problemas do trabalho no mundo atual, destaca o peso da informalidade crescente, cujos trabalhadores o mercado formal parece não comportar. Diante deste contexto, afirma o autor, convém refletir sobre proteções "atreladas aos seres humanos e não à condição de trabalho", como forma de garantir ocupação digna para um imenso número de trabalhadores com poucas oportunidades e expectativas.

A dificuldade para propor e, principalmente, efetivar uma intervenção do Estado nas atividades informais talvez se deva à concepção deste tipo de ação como algo isolado do contexto social. Se uma das principais características da sociedade atual é a sua complexidade, tornam-se inviáveis quaisquer ações isoladas; pelo contrário, é necessário integrá-las para que se possa potencializar seus resultados. Esta concepção integradora torna-se mais fácil de ser implementada à medida que se reduz o âmbito da intervenção, e o município e a região passam a ser unidades importantes para o desenvolvimento de projetos.

Nessa perspectiva, as cidades, com seu crescente número de problemas sociais, passariam a ser o foco central das ações dos governos. Segundo CASTELLS e BORJA *apud* VIANNA (1998), as cidades devem hoje ter o objetivo de estabelecer uma nova base econômica, uma infra-estrutura urbana, qualidade de vida, integração social e governabilidade. Tais estratégias de ação poderiam estar relacionadas com o chamado empresarismo urbano.

Segundo HARVEY *apud* FERNANDES (1997), o empresarismo urbano refere-se a um conjunto de ações com efeitos nas instituições urbanas e nos ambientes urbanos construídos, que visam a potencializar a vida econômica por meio da criação de novos padrões e estruturas de produção, mercado e consumo.

De acordo com essa visão, as ações voltadas para solucionar problemas relativos ao mundo do trabalho poderiam ser pensadas juntamente com as propostas de desenvolvimento econômico e cultural

no âmbito local. Assim, as próprias atividades informais poderiam, com base no apoio público e de outras instituições interessadas, ser planejadas, desenvolvidas, regulamentadas e incluídas em um projeto de desenvolvimento local. Não se trata de defender um comportamento assistencialista dos governos locais, mas, pelo contrário, de buscar soluções para problemas reais.

3. METODOLOGIA

Este artigo é resultado de um estudo multicase realizado na feira de artesanato e na feira de ambulantes (camelôs) do município de Lavras. Desenvolvido de forma qualitativa, este trabalho procurou compreender toda a dinâmica e implementação das feiras, utilizando, como principal técnica de pesquisa, a entrevista semi-estruturada, realizada com artesãos, vendedores ambulantes e representantes da prefeitura municipal que estiveram envolvidos com essas organizações.

Ao todo, foram entrevistados 79 trabalhadores da feira de artesanato e 13 trabalhadores da feira de ambulantes, o que representava, no momento em que os dados foram coletados, cerca de 88% e 93% do total de trabalhadores das duas organizações, respectivamente. O objetivo das entrevistas com estes trabalhadores foi caracterizar o seu perfil socioeconômico e compreender suas concepções de trabalho e de qualidade de vida.

Também foram importantes instrumentos de pesquisa a análise documental realizada sobre documentos, como leis municipais, a proposta de estatuto da associação de artesãos, e notas e reportagens de jornais locais.

4. IDENTIDADES INESPERADAS: O PERFIL DOS TRABALHADORES E O SIGNIFICADO DA FEIRA

Freqüentemente, os trabalhos ou estudos sobre a economia informal destacam a relação entre as atividades deste setor e as condições de pobreza, improvisação, desordem, que normalmente prejudicam a organização do espaço urbano e caracterizam estas atividades como indesejáveis.

Neste estudo, foi possível compreender que esta é uma questão importante, mas não uma regra para todas as atividades informais, mesmo quando ocupam o espaço público.

A feira de artesanato de Lavras, por exemplo, que se realiza todos os domingos na praça central da cidade, embora seja uma iniciativa recente, está tão adaptada ao contexto local que não combina com essa imagem ou estereótipo atribuído à atividade informal.

Desde que começou a funcionar, a feira tornou-se um marco para a programação de domingo da população, trazendo para a praça central da cidade uma movimentação como há muito tempo não se via.

Por outro lado, a feira de ambulantes, ou "camelódromo", como muitos dizem, não possui essa mesma aceitação. Localizada em um terreno vazio, numa das principais ruas da cidade, funcionando de segunda-feira a sábado, esta organização, pela aparência, pelo tipo de produto que comercializa e pela forma como foi criada, é praticamente ignorada pelo poder público e as pessoas que ali trabalham sentem-se, com muita freqüência, discriminadas.

As variações conceituais sobre a economia informal e mesmo uma histórica relação entre as atividades informais e a ilegalidade, a desregulamentação e a precariedade das condições daqueles que as praticam, embora sejam realmente muito comuns, como se constatou no caso da feira de ambulantes, não são essenciais para a classificação dessas atividades.

Ambas as atividades podem ser consideradas informais, de acordo com as características apontadas por SILVA (1997): a facilidade para entrar na atividade, cujo custo é relativamente baixo e sem burocracia, os recursos investidos na atividade produtiva são predominantemente de origem doméstica, bem como a mão-de-obra, que é quase totalmente familiar. Apesar das diferenças entre os tipos de produtos comercializados e embora sejam negócios de pequena escala, demandam muito trabalho, sendo necessária a adaptação das tecnologias utilizadas pelos trabalhadores, que, em

sua maioria, não receberam qualquer capacitação formal para iniciar suas atividades. Apesar de tais condições, pode-se dizer que o ambiente das feiras é bastante competitivo, o que não impede uma certa amizade entre alguns grupos de trabalhadores.

Quanto à regulamentação, é possível afirmar que é praticamente inexistente no caso da feira de ambulantes, uma vez que não se conseguiu encontrar uma lei municipal referente a esta organização, e simplificada, no caso da feira de

artesanato, que foi criada oficialmente pela lei municipal n.º 2453, de 21/12/98. Embora haja um estatuto para a associação de artesãos, este é um instrumento pouco conhecido pelos trabalhadores, inclusive porque a associação não estava, até a época da pesquisa, legalizada.

Quando se analisa mais de perto o perfil dos trabalhadores, as diferenças sobressaem entre as duas feiras (Quadro 1), permitindo algumas reflexões interessantes.

Quadro 1: Perfil simplificado dos trabalhadores informais entrevistados

Característica	Feira de artesanato	Feira de ambulantes
Gênero	sexo feminino 77,22% sexo masculino 22,78%	sexo feminino 23,08% sexo masculino 76,92%
Média de idade	10 a 17 anos 2,53% 18 a 23 anos 7,60% 24 a 29 anos 11,39% 30 a 40 anos 22,78% 41 a 50 anos 34,18% 51 a 60 anos 13,92% mais de 60 anos 7,60%	18 a 23 anos 15,38% 24 a 29 anos 0% 30 a 40 anos 23,08% 41 a 50 anos 30,77% 51 a 60 anos 15,38% mais de 60 anos 15,38%
Estado civil	casados 56,96% solteiros 21,52% outros 21,52%	casados 30,77% solteiros 23,08% outros 46,15%
Preferência por trabalho	com carteira assinada 64,56% sem carteira assinada 35,44%	com carteira assinada 30,77% sem carteira assinada 69,23%
Importância do trabalho na feira	complementar 55,74% principal 21,31% "quebra-galho" 22,95%	complementar 0% principal 66,67% "quebra-galho" 33,33%
Renda média mensal	até 1 salário mínimo 60,26% até 2 salários mínimos 25,64% até 4 salários mínimos 8,97% até 6 salários mínimos 5,13%	até 1 salário mínimo 0% até 2 salários mínimos 33,33% até 4 salários mínimos 16,67% até 6 salários mínimos 50,00%
Trabalho na feira proporciona qualidade de vida	não 46,83% sim 45,57% mais ou menos 6,33% não sabe 1,27%	não 84,62% sim 7,69% mais ou menos 0% não sabe 7,69%

Fonte: dados da pesquisa.

Observando-se o Quadro 1, percebe-se que a pergunta "quem são os trabalhadores informais?" pode ter mais de uma resposta no caso desta pesquisa. Na feira de artesanato por exemplo, predominam as mulheres, a maioria com idade acima de trinta anos, que já estiveram no mercado de trabalho formal mas abandonaram tais atividades para cuidar da família. Em casa, no entanto, sempre desenvolveram atividades artesanais, tais como bordado, costura, artesanato em palha, cera e até mesmo a culinária. Agora, com os filhos crescidos e sentindo a falta de atividades que preencham suas vidas e lhes proporcionem satisfação, encontram na feira uma possibilidade de mostrar e comercializar o trabalho, "invisível" até então e por vezes desvalorizado, que era desenvolvido no lar.

Segundo SOUZA *apud* SILVA (1997), os estudos realizados pelo Programa Nacional do Emprego para a América Latina e Caribe (PREALC) já mostravam que o emprego feminino é muito mais importante no setor informal que no formal, independentemente da inclusão ou exclusão das atividades domésticas.

Atuam também, no espaço da feira, instituições filantrópicas que comercializam os produtos fabricados por voluntários ou pelas próprias pessoas que estas instituições auxiliam, alguns aposentados que buscam um espaço não só para complementar os seus rendimentos mas também para espantar a solidão, bem como alguns jovens que combinam o trabalho na feira com os estudos.

Duas características são marcantes entre os trabalhadores da feira. A primeira é que a maioria possui uma condição de vida estável, com outras fontes de renda, e não dependem do trabalho na feira para sobreviver. A segunda é que o maior benefício deste trabalho, apontado pela maioria dos artesãos, é a possibilidade de distração, um bem-estar psicológico e social que é gerado do desenvolvimento dessas atividades informais.

Observou-se que a maioria dos artesãos desenvolve outras atividades paralelas à feira (77,22% dos entrevistados). Alguns possuem pequenos negócios formais, outros são

trabalhadores assalariados, há ainda aqueles que desenvolvem outras atividades informais ou comercializam os mesmos produtos fora da feira. Isto pode justificar, juntamente com a baixa rentabilidade do negócio – em torno de um salário mínimo por mês para a maioria –, a reduzida importância atribuída pelos artesãos à feira, que para mais de 78% dos entrevistados é uma atividade complementar ou "quebra-galho".

A baixa rentabilidade do negócio foi um fator que influenciou a relação negativa, percebida pelos artesãos, entre sua qualidade de vida e o trabalho na feira. Porém, o número de pessoas que respondeu que o trabalho na feira lhes proporciona qualidade de vida também foi significativo, revelando que embora o lucro seja importante há outros fatores ou condições proporcionadas pelo trabalho que podem contribuir positivamente para a qualidade de vida, tais como distração, contato com outras pessoas, possibilidade de mostrar talento, entre outras.

Analisando-se os dados sobre os trabalhadores da feira de ambulantes, encontrou-se uma situação completamente diferente. Os homens predominam neste espaço de trabalho caracterizado pela ilegalidade, comercializando produtos que não produzem e que implicam um certo risco para sua atividade. São pessoas com baixo nível de escolaridade, a maioria tem filhos e depende unicamente desta atividade para sobreviver. Os ambulantes trabalham durante toda a semana de manhã até a noite, o que torna o trabalho bastante cansativo e não deixa muito tempo para o desenvolvimento de outras atividades remuneradas. Por isto mesmo, o trabalho na feira é para eles a principal atividade. Apesar de todas as dificuldades, 69,23% ainda preferem trabalhar sem carteira assinada, o que, segundo eles, lhes proporciona maior liberdade e satisfação.

Além disso, a maioria desses trabalhadores tem obtido uma renda relativamente maior do que os artesãos, em torno de quatro a seis salários mínimos por mês. Isto poderia ser um motivo de satisfação para os ambulantes, e até mesmo de possibilidade de uma relação positiva entre o trabalho na feira e a

qualidade de vida, porém esta não é a percepção dos trabalhadores.

De fato, 84,62% dos entrevistados afirmam que o trabalho não lhes proporciona qualidade de vida. Apesar de a renda ser relativamente mais alta do que a obtida pelos artesãos, esta é a única fonte de renda com a qual os vendedores ambulantes podem contar, e que não é suficiente para garantir o padrão de vida que eles desejariam. Além disto, o fato de o trabalho lhes tomar muito tempo, torna reduzidas as possibilidades de descanso, lazer e diversão. Alguns entrevistados mencionaram sofrer discriminação por parte da população em razão do trabalho que desenvolvem, o que lhes causa desconforto e insatisfação. Trata-se de um aspecto intrínseco da qualidade de vida, que influencia a percepção que os ambulantes têm sobre seu trabalho. De fato, acredita-se que todo o conjunto de condições e experiências que o indivíduo vivencia afeta sua relação com o trabalho.

Nesse caso, em que o trabalho não proporciona qualidade de vida, essa relação é profundamente influenciada pela falta de valorização e até mesmo pela marginalização do trabalho dos camelôs. Um trabalho árduo que, embora ofereça um resultado econômico relativamente bom, não garante satisfação e dignidade na proporção que os trabalhadores desejam.

Pode-se dizer que a feira de artesanato é um tipo muito específico de atividade informal, que possui uma excelente aceitação por parte dos moradores da cidade, congregando pessoas que, em sua maioria, não dependem unicamente da feira para sobreviver. Isto não quer dizer que tal atividade não tenha resultados benéficos, tanto para os trabalhadores que encontram nela a resposta para anseios psicossociais, como para os cidadãos que têm um novo espaço de lazer na cidade.

Mas, para compreender as especificidades dessas organizações é preciso conhecer sua estruturação e a forma de intervenção do poder público local neste processo.

5. AS RELAÇÕES ENTRE A FEIRA DE ARTESANATO E AS POLÍTICAS LOCAIS

Um dos fatores que provocaram muitas discussões no início da pesquisa foi a estreita relação entre o surgimento e organização desses espaços de comercialização e as ações da prefeitura municipal. Em ambos os casos, a estruturação do trabalho informal foi definida por meio da intervenção do poder público local, embora por razões bastante distintas.

É comum que as atividades do setor informal sejam resultado da mobilização e organização autônoma de trabalhadores sem condições de atuar no mercado formal e que, neste processo, muitas vezes entram em conflito com o poder público. Porém, muitos autores têm destacado a importância da intervenção do poder público, como forma de garantir melhores condições de vida tanto para os trabalhadores envolvidos nas iniciativas informais como para a população em geral, que pode sofrer os impactos destas atividades.

Segundo OFFE (1985), as evidências sugerem que onde o apoio material e institucional "de fora", aceito voluntariamente, não se acha disponível, os projetos auto-administrados, as iniciativas autônomas entre desempregados (e outras categorias de trabalhadores) e as organizações de ajuda mútua dão pouca margem para o otimismo.

No caso da feira de artesanato, a iniciativa não partiu dos trabalhadores, mas de representantes da prefeitura municipal, a qual, por meio da Secretaria de Cultura, criou e regulamentou as atividades da feira no município.

Durante um longo período, a Secretaria Municipal de Cultura planejou detalhadamente como implantar a feira de artesanato de Lavras, um desejo antigo do então secretário, que já tentara implementar esta proposta por diversas vezes.

O primeiro passo foi convidar os artesãos da cidade, por meio de anúncios nas rádios e jornais locais, a se cadastrarem na prefeitura, para um novo projeto que lhes ofereceria melhores condições de trabalho e "uma reciclagem" de conhecimentos. Embora o cadastramento não tenha levado a

nenhum tipo de reciclagem ou capacitação, de acordo com a análise das informações de mais de 800 pessoas, 120 artesãos foram selecionados para participar da feira.

A esta altura, a Secretaria de Cultura já havia definido o local, os tipos de produtos a serem comercializados, as características das barracas, restando iniciar o trabalho. Porém, acreditando na necessidade de organização dos próprios artesãos para a continuidade do negócio, a Secretaria de Cultura não só lançou a idéia de formação de uma associação de artesãos, como a criou, ainda que sem formalizá-la. Todo o trabalho de formação da associação, incluindo a elaboração do seu estatuto, foi feito pela Secretaria de Cultura, sem que houvesse interesse real e organização autônoma dos artesãos.

Por outro lado, a associação tornou-se também, com a cobrança de taxas mensais aos associados, uma fonte de recursos para financiar atividades culturais que compartilham o espaço da feira com os artesãos. Tal estratégia tem sido muito importante para atrair os possíveis consumidores e para oferecer aos artistas locais a oportunidade de se apresentar para um público numeroso e diversificado. No entanto, a arrecadação de recursos pela associação, cuja aplicação é desconhecida dos artesãos, cria uma grande desconfiança para com os representantes desta organização.

Apesar da insatisfação de muitos artesãos com a forma pela qual a feira e a associação têm sido dirigidas, não há um movimento para reformar estas estruturas e tornar a situação mais favorável para todos os trabalhadores. Existe uma falta de motivação da maior parte dos artesãos que, de fato, não dependem da feira para sobreviver e que, por isto, se acomodam mais facilmente à maneira de esta organização ser conduzida.

Um dos grandes problemas identificados neste caso é a falta de comunicação e de informações entre os artesãos e entre estes e a prefeitura. Afinal, sem isto é difícil estimular a participação das pessoas. Por outro lado, o processo de formação da associação, por ter sido pouco participativo, colocou limites ao envolvimento dos seus membros na

gestão da organização. Ainda que bem intencionada, a criação da associação pecou por não preparar e envolver os trabalhadores – uma etapa essencial na formação de uma organização democrática.

No entanto, parece não haver dúvidas de que a Secretaria de Cultura se preocupa com a continuidade da feira e traçou estratégias para isto. As estratégias devem ser desenvolvidas com foco não apenas nos artesãos, mas num contexto integrado de ações para o desenvolvimento do espaço urbano e a partir de uma concepção mais ampla sobre o trabalho.

Se o objetivo declarado dos representantes da prefeitura era estimular a economia local, gerando trabalho e renda para os artesãos, também havia o interesse implícito de desenvolver alternativas de lazer para a população local. Foi assim que se optou pela instalação da feira na praça central da cidade – para estimular um melhor aproveitamento deste espaço, no qual se desenvolvem também atividades culturais, e criar uma opção de lazer para a população.

A integração de diferentes ações, desenvolvidas e integradas em torno da idéia e da própria construção da feira, pode se enquadrar numa proposta muito próxima do empresarismo urbano. HARVEY *apud* FERNANDES (1997) aponta, entre as ações do governo local que podem ser consideradas como uma estratégia de empresarismo urbano, a de melhorar ou assegurar a posição competitiva da cidade na divisão espacial do consumo, via sofisticação, inovação cultural, melhoramento físico dos ambientes urbanos, atrações de consumo e entretenimento.

Apesar de haver uma concepção do trabalho como prazer, diversão, fonte de satisfação e saúde, sobretudo entre os artesãos, tal argumento não foi claramente utilizado pela Secretaria de Cultura para implementar a feira. Exagerou-se nos números, destacou-se a geração de emprego e renda, a dependência dos artesãos em relação a essa atividade para sobreviver, e assim aprovou-se a sua implantação.

Considerando-se o significado do aspecto econômico na sociedade atual, qualquer outro argumento para implementar um projeto como esse, sobretudo de natureza mais humanista, poderia não ser suficientemente forte para convencer as pessoas de sua importância. Talvez a Secretaria de Cultura não obtivesse todo o apoio necessário para a feira se não tivesse destacado os resultados econômicos, que, embora sejam reais, não são as únicas nem sequer as mais importantes consequências deste projeto. Apesar disso, essa iniciativa permite visualizar diferentes dimensões do trabalho.

O trabalho, segundo CATTANI (1996), como ato concreto, individual ou coletivo é, por definição, uma experiência social. Opressão e emancipação, *tripallium* (tortura) e prazer, alienação e criação são suas dimensões ambivalentes, que não se limitam à jornada laboral, mas que repercutem na totalidade da vida em sociedade.

A intervenção da prefeitura foi importante para evitar um possível conflito entre os comerciantes estabelecidos e os trabalhadores informais, conflito que, neste caso, foi amenizado pelas estratégias que determinam o período de funcionamento da feira. Aos domingos pela manhã, comercializando produtos artesanais, a feira não representa ameaça a nenhum dos comerciantes próximos. Pelo contrário, até incrementa o trabalho de alguns proprietários de bares localizados próximos à praça principal da cidade.

Apesar de muitas atividades informais se desenvolverem e se adaptarem sem uma constante e precisa intervenção do poder público, acredita-se que o desenvolvimento destas atividades no contexto socioeconômico local seja facilitado pela ação conjunta e cooperativa entre trabalhadores e prefeitura, ou outras instituições que possam oferecer o apoio necessário. Segundo o Secretário de Cultura, muitas vezes se tentou implementar uma feira com essas características na cidade, sem que se obtivesse êxito, por vários motivos.

"Não havia realmente apoio de ninguém, de nada, dos próprios artesãos. Foi mesmo uma coisa de *hippie*. Naquele tempo, em 1973, era tempo de *hippies*. Fizemos por fazer. Ninguém tinha realmente vontade de continuar. Agora, as pessoas

que estão lá são pessoas casadas, responsáveis, pessoas que realmente vivem disso [...]"

Este depoimento, juntamente com o perfil dos artesãos, aponta outros motivos que justificam o sucesso da feira, além do apoio da prefeitura. Comparando-se o perfil dos atuais trabalhadores da feira com os chamados *hippies* de outras épocas, constata-se que as diferenças são grandes. Talvez seja mais fácil aceitar a bela e organizada feira de artesãos de hoje, em que trabalham pessoas conhecidas e com certo *status* na sociedade local, do que um grupo de pessoas com roupas e estilos tão diferentes daqueles de seus prováveis consumidores.

A identificação dos consumidores e da comunidade com os trabalhadores é também um elemento central na análise das condições de funcionamento e desenvolvimento da feira de ambulantes. Esta organização foi criada há cerca de 7 anos, depois que a prefeitura resolveu tomar providências quanto às reclamações de comerciantes legalmente estabelecidos e da população em geral contra os vendedores ambulantes que trabalhavam pelas ruas da cidade. Naquele momento, optou-se por não proibir o trabalho destes indivíduos, mas transferi-los para um local no qual todos pudessem trabalhar juntos, o que poderia reduzir as reclamações e conflitos sem impedir que eles desenvolvessem suas atividades.

Para isto, realizou-se um cadastramento dos ambulantes, que passaram a pagar o alvará de funcionamento para trabalhar em um terreno alugado pela prefeitura no centro da cidade. A intervenção da prefeitura terminou, de fato, ali. Os trabalhadores, por sua vez, cercaram o terreno com pedaços de madeira e grades e construíram suas barracas com o material que conseguiram naquele momento: lona, pedaços de madeira usada, barras de ferro, montando ali o seu negócio. Com toda esta improvisação, a aparência do local ficou muito precária e desagradável, o que contribuiu para uma imagem negativa destes trabalhadores, mas não os impede de conseguir um grande volume de vendas.

A organização dos ambulantes restringe-se unicamente ao rateio das despesas mensais com água e energia elétrica. Não se reúnem, não

discutem seus problemas, não planejam melhorias nas condições de trabalho. A prefeitura, por sua vez, também não interfere na gestão desse espaço, preocupando-se apenas com o recolhimento anual do alvará de funcionamento, com o qual muitos vendedores estão inadimplentes.

Durante a realização da pesquisa, soube-se que o proprietário do terreno em que a feira se localiza não quer mais alugá-lo para a prefeitura, e, portanto, os feirantes teriam que procurar outro local para trabalhar. Tal fato, aliado à mudança na gestão municipal, deveria estar preocupando os ambulantes e levando-os a se organizar na busca de uma alternativa para o problema, sobretudo porque dependem diretamente desta atividade para sobreviver. No entanto, tal situação não estava sendo discutida entre eles e nem os representantes da prefeitura tinham informações sobre a perspectiva de trabalho dos ambulantes.

Observa-se que, ao contrário da iniciativa com os artesãos, que incluía concepções amplas sobre o trabalho e que procurou integrar as atividades informais no contexto do desenvolvimento local, a intervenção nas atividades dos ambulantes teve como objetivo eliminar ou tornar menos visível um elemento de conflito, que era o trabalho dos vendedores ambulantes nas ruas da cidade. Não houve uma preocupação em compreender a importância do trabalho destes indivíduos, em procurar alternativas mais viáveis ou integradas no contexto local, ou mesmo com sua qualidade de vida. Se o trabalho da prefeitura na feira de artesanato chegou a ser assistencialista, no caso dos vendedores ambulantes verifica-se um certo desprezo para com estes trabalhadores que dependem desta atividade para sobreviver.

Simultaneamente, a ocupação das calçadas da cidade por vendedores ambulantes continua. Há pessoas que comercializam ervas, artesanato, produtos industrializados, entre tantos outros. Não basta, portanto, tentar esconder ou eliminar o problema do trabalho informal. É preciso buscar soluções autênticas para reduzir seu impacto negativo sobre a vida dos trabalhadores e da sociedade.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo, que tinha como objetivo compreender o trabalho informal desenvolvido por duas organizações sediadas no município de Lavras, reafirmou a multiplicidade de significados da atividade informal, de acordo com o contexto local, em função do perfil das pessoas que a desenvolvem.

A feira de artesanato revela que o trabalho possui dimensões que podem tornar esta atividade muito mais interessante e estimulante tanto para os trabalhadores como para as pessoas que adquirem bens e serviços destes indivíduos.

A intervenção pública no trabalho informal pode contribuir para integrar tais atividades ao contexto local, minimizando assim os impactos negativos que possam exercer sobre a economia e o bem-estar social. No entanto, a solução para os conflitos e impasses decorrentes da expansão das atividades informais depende de ações políticas mais amplas, capazes de gerar ocupação, bem-estar, trabalho e renda.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMANAQUE UOL. *Economia informal*. Disponível em: <<http://www.uol.com.br/folha/almanaque>>. Acesso em : 09 jun. 2000.
- ALMEIDA, H. G. *A questão do comércio ambulante*. Guarulhos: Prefeitura Municipal, 1996. 3p. (Apostila).
- BRANDENBURG, A. *Agricultura familiar: ONGs e desenvolvimento sustentável*. Curitiba: Editora da UFPR, 1999. 326 p.
- CATTANI, A.D. *Trabalho e autonomia*. Petrópolis: Vozes, 1996. 195p.
- DE MASI, D. *O futuro do trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial*. Brasília: Editora da UnB, 1999. 354p.
- ENRIQUEZ, E. Perda do trabalho, perda da identidade. In: NABUCO, M. R. e NETO, A. C. *Relações de trabalho contemporâneas*. Belo Horizonte: IRT da PUC de Minas Gerais, 1999. p. 69-86.

- FERNANDES, A. S. A. Empresarialismo urbano e qualidade de vida: mudanças estruturais na gestão de Salvador. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro: FGV, v. 31, n. 3, p. 89-102, mai./jun. 1997.
- GHERSI, E. *La economia informal em América Latina*. Disponível em: <<http://www.brazzil.com/curjun99.htm>> Acesso em: 07 de jun. 2000.
- MOTTA, P. R. *Transformação organizacional: a teoria e a prática de inovar*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1998. 224p.
- OFFE, C. *Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política*. São Paulo: Brasiliense, 1985. 322p.
- OFFE, C. Reforma do Estado e trabalho. In: NABUCO, M. R. e NETO. A. C. *Relações de trabalho contemporâneas*. Belo Horizonte: IRT da PUC de Minas Gerais, 1999. p. 47-68.
- PASTORE, J. *Como reduzir a informalidade?* Disponível em: <<http://www.cpp.inf.br/docs/creis.rtf>> Acesso em: 01 mar. 2001).
- POCHMANN, M. O mundo do trabalho em mudança. In: NABUCO, M. R. e NETO. A. C. *Relações de trabalho contemporâneas*. Belo Horizonte: IRT da PUC de Minas Gerais, 1999. p. 13-30.
- SERVA, M. A. Racionalidade substantiva demonstrada na prática. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo: FGV, v. 37, n. 2, p. 18-30, abr./jun. 1997.
- SILVA, N. de D.V. *Mercados de trabalho formal e informal: uma análise da discriminação e da segmentação*. Dissertação (Mestrado). Piracicaba: Esalq, 1997. 137p.
- VIANNA, A.L.D. Novos riscos, a cidade e a intersetorialidade das políticas públicas. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro: FGV, v. 32, n. 2, p. 23 - 33, mar./abr. 1998.